



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

Às 09h 30min do dia 11 de abril de 2025, reuniram-se em caráter ordinário os membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe: Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Secretaria de Meio Ambiente Sustentabilidade e Fernando de Noronha (SEMAS); Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC), Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), Fórum Socioambiental de Aldeia (FSAA), Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN); Usina São José S/A; Usina Petribu S/A; Associação dos Fornecedoros de Cana de Pernambuco (AFCP), além de servidores da CPRH, para debater sobre a seguinte pauta: **a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; c) Apresentação do Plano de Manejo (PM) da RPPN Quizanga; d) Atualização sobre a situação da correção do decreto dos corredores ecológicos da APA; f) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano; g) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC; e, h) Informes gerais.** Na função de gestora da APA Aldeia-Beberibe e Presidente do Conselho Gestor, iniciei a sessão dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Na oportunidade, apresentei e agradei a presença do Sr. Carlos Eduardo Menezes, que irá acompanhar as reuniões do conselho substituindo o conselheiro titular pelo IFPE, Anselmo Bezerra, que encontra-se fora do Brasil. Iniciamos a pauta pelo ponto: **a) Aprovação da ata da reunião anterior.** A ata da reunião do dia 27 de novembro de 2024, foi aprovada sem nenhum questionamento. **b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes.** Neste momento, tomou posse o novo conselheiro, Raphael José de O. Campos, que assumiu a cadeira de suplente da Usina Petribu. Dei as boas-vindas ao Sr. Raphael, passamos ao ponto de pauta: **c) Apresentação do Plano de Manejo (PM) da RPPN Quizanga.** O conselho vinha acompanhando o processo da construção do PM desde a conversão da Reserva de Vida Silvestre (RVS) em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). No processo de conversão, a unidade foi ampliada pela Usina Petribu passando de 228,4 hectares para 716,73 hectares. De modo que, passei a palavra para a Sra. Sandra Pires e à Sra. Daniella Magno que prosseguiram com a apresentação. Sandra Pires inicia a explanação relembrando como se deu o processo de conversão da RVS em RPPN, com a validação do CONSEMA e deste conselho, e todos os desdobramentos legais pertinentes até culminar na publicação da portaria. Ainda, ressalta que: os usos permitidos são iguais àqueles da categoria anterior, de proteção integral; houve um ganho em virtude da triplicação da área e a segurança perpétua de sua existência, já que a RPPN fica averbada em cartório junto à escritura; e, utilizou-se o guia metodológico do ICMBio para elaboração do PM. Daniella prosseguiu com a apresentação relatando que estão em anexo os instrumentos legais e apresentou o perfil da equipe responsável pela elaboração do planejamento.



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

Apresentou o conteúdo do documento – localização e municípios onde a RPPN está situada (Paudalho e São Lourenço da Mata), perímetro, propriedade, vias de acesso, descrição do bioma, atividades desenvolvidas e implementadas (Proteção, Conservação, Educação Ambiental e Pesquisa Científica), entre outros. Os pontos dos diagnósticos que foram considerados prioritários foram a Conservação, Educação Ambiental e Pesquisa Científica, que se alinham com os objetivos de uma RPPN. A apresentação seguiu abordando: perímetro, formato dos fragmentos que compõem a UC; diagnóstico realizado através da coleta de dados secundário e primários – o resultado do levantamento florístico e faunístico encontra-se em anexo, caracterização do meio físico, incluindo dados cartográficos; sistematização das informações. A vegetação em regeneração foi considerada em estágio intermediário de sucessão ecológica, com fragmentos bem conservados. O diagnóstico do meio físico focou no relevo, com mapas temáticos gerados, e hidrografia, onde foram identificados três riachos, pequenos reservatórios, Açude da Boia e do Macaco, e aquíferos subterrâneos. Entre os mapas produzidos estão o de fitofisionomias, unidades geológicas, unidade de relevo, declividade do terreno, modelo digital do terreno, mapa de recursos hídricos, da propriedade e de conectividade, este último com análise a partir de raio de 1 Km, 5 Km e 10 Km. Os mapas de conectividade indicaram a sobreposição com a APA Aldeia-Beberibe, com a RVS Matas do Engenho Tapacurá e RVS Mata de Miritiba. O Zoneamento foi estabelecido com uma única zona, Zona de Proteção, visto que as características de toda área são muito semelhantes. Não existe nenhuma estrutura física no interior da RPPN, relacionada à estrutura e monitoramento. As trilhas existentes, na atualidade, são utilizadas para monitoramento e pesquisa. A fiscalização é realizada 24 horas/dia é realizada pela equipe da Usina Petribú, havendo três torres de monitoramento de uso da usina, sendo uma delas voltada à fiscalização da UC. Ainda há um Plano de Contingências, 18 brigadistas e um ambulatório. Foram realizadas as análise jurídica pertinentes à compatibilidade da RPPN com o território da APAAB, legislação urbanística de São Lourenço e Paudalho. As normas estabelecidas foram iguais para toda a área, visto que há apenas uma Zona, com os seguintes programas temáticos: Programa de Gestão, que prevê a instalação de placas e a elaboração de relatórios anuais da RPPN; Programa de Monitoramento, Controle e Fiscalização, que prevê a realização de rondas, registro de ocorrências e impactos; Plano de Contingenciamento, ações de primeiros socorros; três programas de monitoramento (espécies exóticas invasoras, da fauna, de processos erosivos); a manutenção das estradas e aceiros; e, Programa de Comunicação, Pesquisa Científica e Educação Ambiental. Sandra Pires informa que o PM foi entregue no final do ano passado à CPRH para considerações, mas que esse é um momento da apresentação dos macrotemas ao conselho da APA é importante para esclarecer dúvidas e absorver as sugestões de ajustes. Após a exposição, reforcei que a apresentação



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

do documento antes da aprovação tem o intuito de colher contribuição, mas expressei satisfação em ver a diretriz posta no planejamento, e abri espaço para as considerações dos presentes. O conselheiro Herbert Tejo, lembrou que em reunião passada, a Usina expressou a pretensão de construção de um condomínio residencial, de modo que, gostaria de saber se foi dado andamento ao projeto. o conselheiro Raphael Campos, representante da Usina Petribu, relatou que estavam aguardando a legalização e finalização do processo da RPPN, antes de qualquer desdobramento. Há o interesse real de um empreendimento sustentável que envolva educação ambiental, pode ser um equipamento que envolva hotelaria voltada à EA, mas que não é um projeto imediato. Esse equipamento pode estimular a conservação da RPPN, não ficando apenas a cargo da Usina, porém não vê esse interesse prosperando imediatamente. Herbert Tejo comentou a respeito das áreas circunvizinhas à RPPN, que estão se convertendo em áreas condominiais de grande porte, e uma das duas estradas existentes rodeia a RPPN Quizanga, questionando se há um planejamento da Usina para ligar a estrada à PE-05 e PE-408, em virtude da construção de um possível empreendimento. Raphael Campos relatou que está sendo discutido, já que existe uma questão de mercado, precisamos verificar a viabilidade de um condomínio e questões legais. Informou ainda que a Usina está com um processo de EIA/RIMA na CPRH, com intuito de diagnosticar os impactos de forma muito mais ampla, o que envolve os acessos. Continuou comentando que a ligação das vias poderia ser uma alternativa que facilitaria uma alternativa do próprio Arco Metropolitano. Entretanto, hoje não se tem estudos que analisem essa interligação dos acessos. A estrada interna é bem próxima à RPPN, há uma comunidade que a utiliza de forma inadequada levando à impactos - a deposição de resíduos e atropelamento de fauna, com dificuldade de frear o uso. A outra alternativa seria a Estrada da Munguba se qualificada, desafogar a Estrada de Aldeia, seria um projeto muito mais amplo, que a Usina poderia contribuir. Entretanto, seriam necessários projetos complementares, e impacto na comunidade do KM-14. Relatei que esse foi um dos motivos pelos quais a CPRH solicitou que houvesse um EIA/RIMA, para entender que não é uma questão pontual do empreendimento. Há necessidade de discutir a mobilidade, de como se dará os acessos, impactos sobre corredores ecológicos, tudo isso levou à solicitação dos estudos, tendo sido entendido e aceito prontamente pela Usina. Raphael Campos ressaltou o cuidado da Usina de não tratar os impactos de forma direta, e de trazer para CPRH a discussão sobre as áreas de influência, ampliamos esses locais de forma que se consiga estudar de forma mais ampla e não se ater apenas ao condomínio. Herbert Tejo sugere que haja proteção mínima de borda de tabuleiro com reflorestamento, para evitar as erosões. Ainda faz a reflexão que na área onde está situada a estrada onde circulam os caminhões, há depressões profundas na interface com a floresta e como não são acessadas, talvez se caracterize como



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

vegetação primária. Sandra Pires coloca que, esse PM é um pontapé para o manejo das áreas e para iniciar as discussões a partir de um ponto, daqui a há 5 anos vamos analisar, dialogar com a CPRH e o conselho e veremos o que pode ser melhorado. Frisou que é importante esse momento de escuta, mas com a real noção do que o privado pode se comprometer, para que o planejamento seja viável. Na revisão do planejamento, outras ações poderão ser inseridas. A conselheira Edneida Cavalcanti questionou se há um estudo de impacto do fogo utilizado na usina e se há alguma intenção de mudar o processo. Qual o impacto real que o fogo, mesmo sendo controlado, e se há a perspectiva de trocar o sistema para outras formas mecânicas. Sandra Pires, explica que a queima controlada é um procedimento licenciado. Os presentes discutiram se havia a possibilidade de haver a colheita mecânica no entorno imediato da RPPN, em virtude da proteção das florestas. Entretanto, a metodologia já é aplicada nas áreas planas, mas nos entremeios, onde há declividades, não é possível. Raphael Campos responde que, por vezes, recebem chamados emergenciais e atuam em focos de queimadas que não são provocados pela Usina, muitos deles criminosos. Em relação ao uso do fogo controlado, há algumas regiões que não possibilitam a mecanização da colheita, não há tecnologia consolidada para colheita em regiões com depressões muito acentuadas. No PM pode ser inserido um tópico há mais que aborde o convívio com o canal existente. O atual desenvolvimento urbano do entorno possui uma configuração que não se apresenta compatível com a atividade canavieira, os estudos indicam que há necessidade de um cinturão de proteção para evitar os impactos. A iniciativa de construir essa alternativa é exatamente para que haja a migração da atividade, em termos de produtividade, do impacto que gera com a relação com a comunidade, não é interessante para a Usina realizar as queima em áreas próximas à moradias. O conselho foi convidado para visitar a Usina, para entender e ver a tecnologia e logística utilizada para o monitoramento do fogo. A conselheira Maíra Braga, expressou a alegria de ter havido a elaboração da PM da RPPN Quizanga, a ampliação da área. E por isso, gostaria de parabenizar tanto à Sandra Pires quanto à Usina Petribu, pela iniciativa e de assumir o compromisso perpétuo de proteção. Em relação ao PM, entende que está bem focado na proteção, educação e pesquisa, em algum momento há menção de trilhas para fins de pesquisa e educativos, sem mencionar o ecoturismo. A provocação surge da possibilidade legal de haver o uso ecoturístico em RPPN, por ser uso indireto, bem como da possibilidade apresentada pela equipe da Usina de haver um condomínio ou uma hospedagem sustentável. Como a trilha educativa não necessariamente turística, poderia ter nesse PM a permissão do ecoturismo, se for de interesse, e haver setores definidos. Essas ações ressaltam o caráter de sustentabilidade das RPPNs, porque há geração sustentável de recursos para auxiliar na proteção e socialização da utilização sustentável do Meio Ambiente. Sandra Pires explica que a



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

possibilidade foi discutida, mas no momento se priorizou a consolidação do que vinha sendo desenvolvido pela Usina, podendo ser contemplado na revisão. Relatei a estratégia da reserva da Votorantim em São Paulo, Legado das Águas, que possui objetivo de se manter com a própria Mata - hospedagem, canoagem, birdwatching. Apesar dos custos serem maiores que os ganhos, conseguem subsidiar atividades de proteção e promover a sustentabilidade da área. A conselheira da UFRPE, Ana Carolina, parabeniza o trabalho e questiona a necessidade de haver um roteiro metodológico do Estado. Isso porque como cada PM utiliza um roteiro diferente, ou o do ICMBio, acaba que há muita disparidade entre os documentos, com PMs com ênfases diferentes. Por isso, é importante que o Estado tenha o seu próprio roteiro metodológico. No PM do PEDI, realizado pela UFRPE em parceria com a gestão da UC, foram mapeadas as áreas voltadas à EA. Todas as trilhas para EA ficaram na Zona Antrópica, isso porque o impacto da trilha com esse intuito é completamente diferente de uma trilha voltada à Pesquisa. Ressaltou que o número de pessoas e a intensidade de uso trazem impactos bem distintos, há bastante estudos sobre o quanto é diferente o impacto de trilhas para a atividade de pesquisa. A sugestão seria zonear levando em consideração o tipo de uso das trilhas, se a Usina tem esse mapeamento e sabem quais trilhas serão usadas para a EA. No PEDI, as trilhas foram mapeadas e separadas por tipo de uso, para incluí-las em zonas. Relata os dados das trilhas do PEDI e que possuem usos distintos, dados presentes no “Diagnóstico de Uso Público”. Deve ser a única UC com esse diagnóstico e seu programa em Pernambuco. O trabalho foi realizado com o incentivo da Fundação O Boticário, que financiou o PM e solicitaram que fosse incluído o Uso Público, já que a fundação possui experiência na conservação de UCs e trabalha com uso público. Ainda, foram identificadas as atividades enquanto formal e não-formal, a partir do reconhecimento da gestão. Outra dúvida da conselheira Ana Carolina foi sobre a obrigatoriedade das RPPNs possuírem um conselho consultivo, já que Pernambuco não a estabeleceu. E se a Usina tem a pretensão de criar conselho para a RPPN ou funcionar com o da APA. Sandra explicou que as trilhas não estão mapeadas, mas é uma excelente sugestão e pode ser iniciada como ação de mapeamento e depois, na revisão, consolidar as zonas. Ainda, que no momento não há previsão da criação de um conselho, entendemos ser necessário a formação de um grupo que se dedique à gestão e ao cumprimento do planejamento. Ana Carolina afirma que seria interessante que Quizanga tivesse seu conselho como modelo para as demais RPPNs. Outro tema que aborda é relativo às Pesquisas Científicas, comunica que está orientando Cinthia no doutorado na APAAB e integra o PPBio Mata Atlântica, incluindo a APAAB. Estão sendo instaladas parcelas para estudos diversos, a exemplo de tecnologias 3D e com LIDAR, mas há necessidade de fragmentos onde se tenha o mínimo de segurança. Em Caetés, está se realizando a aproximação com parceiros para iniciar a instalação de parcelas. Sandra, vê a pesquisa



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

como bem-vinda na RPPN Quizanga para aprimorar o conhecimento sobre o território. Carlos Eduardo, do IFPE, observou que quando a professora Carolina falou sobre o conselho estava se referindo a governança que envolve vários interessados/beneficiários, apesar da área ser privada. Há um açude utilizado para abastecimento público, há pretensão de projetos imobiliários, moradores do entorno. Talvez seja um conselho que represente os diferentes interesses e não a gestão da RPPN. Isso porque, apesar da área privada, há uma série de bens comuns sendo gerados. Lembrei da importância da presença dos municípios, mesmo para entenderem a importância do espaço. A conselheira Maíra Braga, da SEMAS, complementou as observações sobre o zoneamento, explicando a possibilidade de haver setores, como Setor de EA, de atenção especial, se houverem clareiras, áreas erodidas. A conselheira Ana Carolina comenta, que ao menos no PEDI, os setores possuem caráter temporário, a exemplo do setor de restauração e de regularização fundiária, espera-se que com o tempo o “problema” seja resolvido e passe a não existir. Sandra Pires reconheceu que a estratégia é boa para a gestão, mas que neste momento não teriam subsídios para fazerem esse aprofundamento, incluir esse dado no momento poderia não ser confiável. O conselheiro Raphael Campos, propõe que o “conselho” da RPPN Quizanga seja incubado no conselho da APA, criando uma periodicidade de apresentação da RPPN. Apoiei a proposta, visto que o conselho já vem acompanhando Quizanga desde o processo de mudança de categoria, aliado a presença da semelhança de composição dos conselhos. Com o tempo, pode ser avaliada a necessidade ou não da criação de um conselho próprio. Sandra Pires acrescenta que há obrigatoriedade da RPPN apresentar relatórios anuais à CPRH, de modo que pode ser compartilhado com o conselho. A conselheira Mônica da Usina São José, reforça que o Estado precisa fomentar e legitimar a criação e implementação de RPPNs, já que hoje falta estímulo. Questionou quantas das 40 UCs criadas em 1986 permanecem com as características para conservação. Algumas florestas só existem por causa dos privados, há necessidade de desburocratizar. Só as usinas São José e Trapiche possuem mais de 20% de Reserva Legal (RL) obrigatória para suas áreas. Porém, o CPRH ainda não validou o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que é importantíssimo. Em outros estados se paga caríssimo pelas cotas da RL, aqui no estado estamos engessados; reforça que o CAR é um retorno ao proprietário, a RL pode ser utilizada de forma sustentável - a exemplo do mercado de carbono. Por isso fez questão de deixar esse recado para SEMAS e CPRH, que representam as instituições. Sandra Pires relatou a intenção de um morador de Camaragibe em implementar uma RPPN na sua propriedade com intuito de ter isenção no IPTU, porém não existe essa política pública. Esse é um tipo de estímulo ao particular interessante, principalmente em Aldeia. Há muitos entraves, com falta de isenções, apoios, PSAs, e as discussões com a SEMAS e CPRH são pontuais. Finalizei a pauta concluindo que ficou claro que a construção do



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

PM da RPPN Quizanga está sendo construído para atender a necessidade da unidade, mas também com vista à contribuir com os objetivos da APAAB, assim avaliamos o que pode ser atendido nessa versão do PM e o que ficaria para a revisão do documento. **d) Informes sobre licenciamento de empreendimentos na APA pela CPRH.** Não houve grandes atualizações nesse tema em virtude das demandas desde novembro, apenas foram solicitadas licenças referentes a poços, mas não houve grandes empreendimentos solicitando licenciamento. O conselheiro Herbert Tejo, colocou que há tempos o conselho vem solicitando o acompanhamento dos processos de licenciamento, principalmente dos condomínios que estejam em processo de instalação. Expliquei que com o atual sistema, o SILIA, não há como filtrar de forma eficiente, mas que quando a Plataforma Ecológico-Econômica de Pernambuco estiver funcionando plenamente, isso será possível pois todos os cadastros serão obrigatoriamente online, o que possibilitará a compilação de dados de forma confiável e rápida - fazer os recortes por UC, bacia hidrográfica etc. Inicialmente essas ferramentas serão de uso interno e com o tempo, deverá ter maior disponibilidade para o público, com segurança aos dados sensíveis. Esclareci que no passado, o Diretor Eduardo Elvino encaminhou levantamento dos dados de condomínios entre 2022 e 2023. Herbert de Tejo entende a limitação, porém ressalta que a ausência desses dados é um grande problema. Reforçou que há outros fatores que interferem na real compreensão do problema: apenas em 2024 a gestão da APAAB começou a receber os processos de licenciamento para manifestação; e, não recebemos os dados dos municípios que licenciam, como Recife e Paulista, apesar de estarmos buscando formas de preencher essas lacunas e ser informado dos licenciamentos dentro das UCs. Mesmo com a recomendação expedida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para que a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) informasse à CPRH os processos que estão licenciando, não houve resultado. **e) Atualização sobre a situação da revisão/elaboração dos planos de manejo da APA.** Na reunião passada havíamos, eu, a professora Ana Carolina e Joaquim Freitas, combinado de elaborar e enviar um documento para a SEMAS solicitando um posicionamento a respeito da revisão do PM da APAAB e da RVS Miritiba, porém não foi possível. As revisões são urgentes por causa da ausência de parâmetros para subsidiar os pareceres da APA, estão havendo processos de licenciamento ambiental com solicitações de conversão de áreas canavieiras para uso residencial. São áreas que constavam como rurais, atualmente estão no processo de expansão urbana ou já consolidadas como urbanas nos Planos Diretores dos municípios. Esse panorama vem trazendo muita dificuldade na elaboração dos pareceres solicitados no processo de licenciamento ambiental. Maíra Braga relatou o panorama do Programa UC Pernambuco, que não chegou a finalizar os PMs, mas gerou os diagnósticos parciais para a APA, tendo sido enviado para a CPRH. Atualmente, a elaboração de PM está contemplado no



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

Programa de Criação e Gestão de UC, apresentado ao CONSEMA em dezembro de 2024. No âmbito do CONSEMA foi criado um GT que propôs melhorias que foram incorporadas ao Programa, que está em vias de publicação. A revisão do PM da APAAB foi posta como prioridade um, tendo o prazo de dois anos para ser elaborado. Enquanto SEMAS, Maíra Braga ressaltava a importância da revisão do PM e se coloca à disposição para atuar e contribuir junto à CPRH e ao Conselho. É importante aproveitar que o material produzido pelo CEPAN, que faz parte do conselho e produziu os diagnósticos. Comuniquei não ter tido acesso ao diagnóstico, mas me comprometi em buscar a informação, esse novo programa é uma oportunidade de reativar o GT que havia sido criado para acompanhar a revisão do PM. A conselheira Cristiane Lucena, colocou que a CEPAN está disposta a contribuir, que não puderam compartilhar diretamente os produtos, porque o ITEP era o contratante direto, mas vinham acompanhando os desdobramentos. Foram feitos questionamentos ao ITEP, mas sem resultado em virtude das questões burocráticas. O grupo discutiu o nível de amadurecimento do diagnóstico, que teria sido produzido um para dados secundários e outro com dados primários, tendo sido solicitada, à época, a junção dos dados. **f) Atualização sobre a situação do decreto dos corredores ecológicos da APA.** Iniciei a pauta recordando que o MPPE deu início à uma ação civil pública contra o Estado de Pernambuco e contra a CPRH para que seja publicado o anexo com a delimitação dos corredores ecológicos da APA. Ainda, havia sido expedida uma liminar a pedido do MPPE proibindo o licenciamento de todos os empreendimentos nos limites dos corredores, porém a Procuradoria Geral do Estado (PGE) entrou com um recurso e a liminar foi derrubada. Comentei que a promotora de São Lourenço da Mata está em vias de ter acesso ao processo para compreender melhor a situação. Nesse caso continuamos sem a publicação, mas continuo incluindo nos pareceres as questões sobre conectividade, sem citar o decreto. Também foi enviado um SEI ao secretário Walber Santana para pronunciamento, sobre um parecer da PGE. **g) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano.** Ultimamente tem havido bastante notícias sobre o Arco, mas fazendo menção ao lote II, que se inicia na BR 408 e vai até Suape (parte Sul do Arco), que não atinge a APA. O que se especula, é que o Arco Norte não seria uma prioridade do atual governo, estando com os trâmites parados. Herbert Tejo relata que a empresa contratada para a elaboração do projeto executivo, em fevereiro de 2022, entregou os produtos ao novo governo. O prazo contratual extinguiu-se, tendo sido aditado por mais um ano, e quando findou, foi pleiteado um novo aditamento por mais 2 anos. Teoricamente é para se dar continuidade aos estudos, contudo, sem a aprovação dos produtos anteriores não seria possível essa continuidade. **h) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC.** Informei que o movimento “Salve a APA Aldeia-Beberibe” tem se tornado cada vez mais amplo e representativo. Tem crescido independente



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

da ação do conselho, o que é satisfatório porque por muito tempo esse grupo levou essa batalha, fazendo as pessoas entenderem a importância desse processo. Entrar nas redes sociais e constatar o movimento andando com as próprias pernas é muito gratificante, dividir a responsabilidade com a sociedade. São pessoas mobilizando e sensibilizando outras pessoas. As conferências municipais, que culminaram na estadual, culminaram na eleição de delegados ligados ao movimento para participarem da conferência nacional. Irei participar da conferência representando o sindicato dos trabalhadores da CPRH, representando a sociedade civil nessa instância. Em plena emergência climática, em 2025, ainda estamos discutindo se vai ou não desmatar 94 ha de floresta. Então a ideia é sensibilizar em busca de alternativas locais; ninguém é contra a ESA, mas acreditamos que seja possível trabalhar em possibilidades locais que garantam os interesses de todos. Os integrantes do conselho lembraram que a última reunião do GT instituído pelo governo para acompanhar as tratativas da ESA teve sua última reunião em agosto de 2024, não havendo outros desdobramentos. O conselheiro do Fórum, Herbert, compartilhou a solicitação enviada ao IBAMA, no final de 2024, requerendo as atualizações dos procedimentos que foram estabelecidos e constituíram dois termos de referência, um para o Estudo de Impacto Ambiental e outro voltado à Compensação. Nesse meio tempo, o general do Exército afirmou na mídia que a terraplanagem estaria iniciando em 2025. Assim, foi realizada uma consulta ao IBAMA, procurando saber se o Exército entregou o EIA ou estudo de inventário florestal. Em resposta, a Advocacia Geral da União (AGU) se pronunciou no processo desqualificando a avaliação que o IBAMA havia feito quanto a necessidade da Autorização de Supressão Vegetal (ASV), e fazendo referência a decisão do IBAMA de 2021, quando liberou o licenciamento para obras, exceto a ASV. Desse modo, não se sabe se farão ou não o EIA, no entanto o IBAMA pediu para que o Fórum fizesse uma solicitação com base na Lei de Acesso à Informação ao exército questionando o fato. O conselheiro Herbert ainda trouxe um fato novo: o Exército informou que não seria permitido o uso do trecho da PE 27 que atravessa o CIMNC e que a população de Araçoiaba utiliza há décadas, sendo o acesso da população um problema a ser resolvido pelo Governo do Estado. Isso demonstra que a distância, que é a questão principal que o Exército coloca como justificativa para a alternativa local que envolve 94 hectares de desmatamento, é um problema apenas para o Exército, mas não para a população. No entanto, o Estado ao propor uma alternativa que circunde o CIMNC para conectar a PE 27 à PE 41, resolve a questão de acesso com um “mini-arco”, e com essa estratégia surge uma nova alternativa local para a ESA, às margens da nova rodovia, onde a distância e o desmatamento não seriam mais empecilho. Por outro lado, com a decisão de relocar as vilas militares lá para Estrada de Mussurepe o Fórum voltou a estudar o relevo da áreas, e verificamos que há 229 ha de área planas que contemplariam a demanda do



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

Exército, que é de 146 ha para todo o complexo, além de ser do outro lado da PE 27. Como o GT governamental de acompanhamento da ESA não está mais ativo, essas novas possibilidades locacionais não foram apresentadas ao Exército, mas sim ao IBAMA e ao Ministério Público Federal. Além dessas novas informações, nas mídias foi veiculada uma matéria única ouvindo o Fórum Socioambiental de Aldeia, onde foram colocadas essas duas alternativas locacionais. Depois da Páscoa, será realizada uma reunião com a bancada na ALEPE para atualizar o processo. Na oportunidade informei que quando fomos realizar a fiscalização para o novo traçado do trecho final da PE 27 (chamado de mini-arco pelo Fórum), foi possível verificar que na área indicada como alternativa locacional realmente só há monocultura de cana-de-açúcar, sendo uma área mais viável para construção; é sabido que o Exército argumenta questões de titularidade, mas se houvesse interesse do Exército desde o começo da discussão, o processo de desapropriação já estaria bem adiantado. Lembrei que essa discussão remonta a 2021 e desde então estamos oferecendo possibilidades e buscando sensibilizar o Exército em relação às alternativas que são muito melhores do ponto de vista ambiental e econômico. Se houver o desmatamento, terá que haver a compra de outra área para realizar a compensação ambiental, e a efetivação de um reflorestamento dessa escala, que é custoso. Maíra Braga, comentou que esse assunto vem sendo acompanhado com bastante cuidado e contribuição essencial dos integrantes do conselho. O GT sobre a ESA, chegou há redução de mais de 50% de desmatamento, apesar de todos desejarmos desmatamento zero com uma alternativa locacional, há uma conquista. De toda forma, conectando o que foi posto em relação à conferência, acredito que a oportunidade de estar em Brasília é de fazer articulações estratégicas com o Governo Federal. Porque é um empreendimento federal, é um licenciamento federal, através do IBAMA, e sim, no território pernambucano. E com várias forças atuando, tanto na sociedade com seus diversos atores e instâncias quanto nos governos - Governo Federal, Ministério da Defesa, Ministério do Meio Ambiente, o movimento ganha mais força. A exemplo da ação dos povos indígenas que houve ontem, na qual Marina Silva estava presente e dizendo “Desmatamento Zero”. Aproveitar a oportunidade, e não apenas fazer um ato de visibilidade, que é importante, para além disso fazer as articulações estratégicas, porque há pessoas estratégicas em Brasília, que são de Pernambuco, que conhecem a pauta, então é uma oportunidade de articular algumas agendas nesse sentido. Finalizou afirmando que a concatenação com a instância federal, quando Herbert coloca o processo da atuação junto aos órgãos federais, é essencial, sendo momento de concentrar os esforços junto ao Governo Federal, nessa nova etapa; junto com Pernambuco, as várias instâncias, governos, academia, sociedade civil, pode alcançar num resultado melhor. **h) Informes gerais.** Informei que foram eleitos como delegados por Pernambuco na 5ª Conferência Nacional de Meio



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

AMbiente, a se realizar em maio em Brasília: Luciane - que vai representar o setor privado; Herbert e eu, Cinthia, representando a Sociedade Civil; Rodrigo, suplente do conselho que também vai representar a Sociedade civil, como delegado de Paudalho; e, a conselheira Bruna Bezerra, pela UFPE. Sobre a ESEC Caetés, gostaria de informar que com o início do doutorado, terei que me deixar a gestão. Não há condições de acumular muitas demandas, de modo que irei me dedicar apenas à APA AB. A Diretoria de Biodiversidade e Unidades de Conservação está pautando internamente a vacância de gestor da ESEC Caetés para resolver com quem ficará sua gestão. Estarei com afastamento parcial nestes quatro anos, mas a intenção é que não sejam paralisadas as atividades que vêm sendo desenvolvidas, manter a periodicidade das reuniões do conselho e dar continuidade às pautas indispensáveis. Mas, há atividades como as de pesquisa em Caetés, vamos fazer um esforço para continuar atendendo. Na unidade há uma estrutura muito interessante, tanto para pesquisa quanto para educação ambiental, que deve ser utilizada. Maíra informou que dentro desse bojo de programas lançados pela SEMAS e CPRH, como o de gestão de Unidades de Conservação, será lançado um edital específico para recuperação da vegetação nativa. Edital destinado à organização da sociedade civil, mas ao ser lançado, seria interessante que vocês possam estimular as instituições que atuam no território da APA para enviarem propostas. Esse edital terá duas frentes de ação, uma com restauração produtiva - SAF, tecnologias alternativas, recuperação de nascentes; e , outra será com o plantio direto, para atender uma escala maior de plantio, podendo ser em áreas públicas ou privadas. Por outro lado, estamos articulando com a COMPESA a restauração de áreas no entorno de barragens. A busca é por visualizar áreas diversas na Mata Atlântica e Caatinga - dentro ou fora de UCs, comunidades tradicionais, assentamentos, áreas de agricultura familiar. Se souberem de oportunidades na APA para enviarem propostas, podem sugerir, serão 20 milhões divididos em 10 projetos, seis com SAFs e quatro com plantio direto. Comentei que seria uma oportunidade de realizarmos o projeto de reflorestamento das APPs de Botafogo, apesar do imbróglgio da propriedade. Elizabeth, conselheira pelo CIMNC, diante da possibilidade de ser a última reunião que participa, se despede, agradecendo pela parceria e conhecimento recebido. Informou que sobre a ESA, a equipe da DEPIMA está vendo quais as possibilidades, ainda terão muitas fases a serem ultrapassadas, mas que a equipe está trabalhando muito fortemente, a Diretoria de Patrimônio, de Obras, os biólogos e engenheiros florestais, para exaurir todas as possibilidades. Agradeço a participação e assiduidade de Elisabeth, e relembrei que o conselho sempre foi recebido muito bem nas visitas ao CIMNC. A reunião finalizou com uma breve comemoração aos aniversariantes. Nada mais havendo a tratar, às 11h50min, declarei encerrada a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe. Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata Vieira de Lima, Presidente do Conselho Gestor,



**UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO**
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CPRH Agência
Estadual de
Meio Ambiente



GOVERNO DE
PER
NAM
BU
CO
ESTADO DE MUDANÇA

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registros em anexo. Recife, 11 de abril de 2025.